

1. DIREITO CONSTITUCIONAL. Dos princípios fundamentais na Constituição da República Federativa do Brasil. Dos direitos e garantias fundamentais. Do Ministério Público. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e posteriores emendas constitucionais. Súmulas Vinculantes. 2. DIREITO ADMINISTRATIVO. Administração Pública: conceito; elementos; Poderes do Estado; organização política e administrativa do Estado; administração pública e governo; entidades políticas e administrativas; órgãos e agentes públicos; natureza e fins da administração pública. Administração indireta: autarquias, fundações públicas; empresas públicas e de economia mista; agências executivas e reguladoras; consórcio público; contratos de gestão. Servidores públicos. Princípios da administração pública. Poderes da administração pública. Atos administrativos. Processo e procedimento administrativo. Contratos administrativos. Licitação, Serviços públicos e Obra pública (Lei Federal n.º 8.666/1993, Lei Federal n.º 8.987/1995). Intervenção do Estado no domínio econômico e social. Restrições do Estado sobre a propriedade privada: tombamento, servidões administrativas e desapropriação. Bens públicos. Controle da administração pública. Improbidade administrativa (Lei 8.429/92 e Lei 12.486/13). Responsabilidade civil do Estado. Prescrição e decadência. 3. DIREITO PENAL. Princípios penais fundamentais. Tipo penal. Tipicidade formal e tipicidade conglobante. Tipo doloso. Tipo culposo. Exclusão da tipicidade. Relação de causalidade. Ilicitude. Causas legais e supralegais de justificação. Culpabilidade. Exigibilidade de conduta diversa. Imputabilidade. Potencial consciência de ilicitude. Exclusão da culpabilidade. Consumação e tentativa, desistência voluntária, arrependimento eficaz e crime impossível. Erro de tipo e erro de proibição. Concurso de pessoas. Teoria da pena. Medidas de segurança. Concurso de crimes. Erro de execução (aberratio ictus) e resultado diverso do pretendido (aberratio delicti) e aberratio causae. Crimes contra o patrimônio, contra a fé pública e contra a administração pública. Leis Especiais: Lei 8.666/93; Decreto-Lei 201/67; Lei 4.898/65; Lei 7.716/1989; Lei 8.069/1990; Lei 8.072/1990; Lei 8.137/1990; Lei 8.176/1991; Lei 9.099/1995; Lei 9.455/1997; Lei 9.613/1998; Lei 9.807/99; Lei 10.671/2003 e Lei 12850/2013. 4. DIREITO PROCESSUAL PENAL. Princípios constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis. Teoria geral do processo penal e sistemas processuais. Direitos e garantias constitucionais no direito processual penal. Inquérito policial. Ação penal. Jurisdição e competência. Provas. Prisão e liberdade provisória. Citações e intimações. Sentença e provimentos judiciais. Processo e procedimentos em espécie. Recursos. Execução penal. Aspectos processuais penais dos seguintes textos normativos: Constituição da República Federativa do Brasil e emendas Constitucionais posteriores à sua edição; Dec.-Lei 2.848/1940 (CP); Dec.-Lei 3.689/1941 (CPP); Lei 7.960/1989; Lei 8.069/1990 (ECA); Lei 8.072/1990; Lei 8.666/93; Decreto-Lei 201/67; Lei 4.898/65; Lei 9.807/99; Lei 9.613/98 e Lei 9.296/96. 5. DIREITO CIVIL: Das pessoas naturais. Da personalidade e da capacidade. Dos direitos da personalidade. Da ausência. Do corpo humano. Do domicílio. Das pessoas jurídicas. Das associações. Das fundações. Das sociedades. Dos bens. Dos fatos, atos e negócios jurídicos. Dos defeitos dos atos jurídicos. Da forma dos atos jurídicos e da sua prova. Dos atos ilícitos. Da prescrição e da decadência. Da responsabilidade civil. Da posse. Dos direitos reais. Da propriedade. Conceito moderno de propriedade. Do direito de família. Do direito das sucessões. Registros públicos. Lei 5.478/68. Lei nº 11.441/2007. Lei nº 11.804/2008. Lei nº 12.318/2010. Lei nº 8.069/1990 e Lei 12.594/12. Lei 8.560/92 (com a redação da Lei 12.004/2009). 6. DIREITO PROCESSUAL CIVIL INDIVIDUAL. Novo Código de Processo Civil (2016). Mandado de Segurança. Ação Popular. Habeas Data. Lei 1.060/50. Lei 8.560/92. Lei 8.069/90. 7. DIREITO PROCESSUAL CIVIL COLETIVO. Novo Código de Processo Civil (2016). Ondas renovatórias do acesso à justiça. Direito processual coletivo, conceito, princípios e institutos fundamentais. Microssistema de tutela jurisdicional coletiva. Espécies de ações coletivas.

Legitimidade coletiva ativa e legitimidade passiva. Decisões interlocutórias, Sentenças e acórdãos nos processos coletivos. Coisa julgada coletiva. Ministério Público no direito processual coletivo. Compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais. Inquérito civil e recomendação. Ação civil pública (Lei nº 7.347/85). Ação coletiva para a reparação de Danos a direitos individuais homogêneos dos consumidores (Lei nº 8.078/1990). Ação civil pública de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992). Ação civil pública no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.690/90). Mandado de segurança(coletivo). Mandado de Injunção. 8. LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: Lei Complementar 34/1994; Lei Federal 8.625/1993;



Resolução Conjunta PGJ CGMP nº 3, de 20 de agosto de 2009 (inquérito civil); Resolução Conjunta PGJ CGMP nº 3, de 18 de julho de 2017 (PIC).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I - DIREITO CONSTITUCIONAL

- Princípios Constitucionais;
 - Direitos e Garantias Fundamentais;
 - Ministério Público;
 - Administração Pública.
- SÚMULAS DO STF E STJ

II - DIREITO PENAL

- Princípios de Direito Penal;
 - Fato típico. Ação e Omissão. Relação de causalidade. Resultado. Tipicidade. Tentativa. Desistência voluntária e arrendimento eficaz. Arrependimento posterior;
 - Culpabilidade penal. Coação irresistível. Obediência hierárquica. Descriminantes putativas. Erro de proibição;
 - Concurso de agentes. Autoria e participação. Das Penas;
 - Concurso de crimes;
 - Extinção da punibilidade: causas e prazos;
 - Aspectos penais da Lei 11.343/06;
 - Aspectos penais da Lei 11.340/06.
- SÚMULAS DO STF E STJ

III - DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Do inquérito policial;
 - Da ação penal;
 - Da competência;
 - Da prova;
 - Do Ministério Público;
 - Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória;
 - Aspectos processuais penais da Lei 11.343/06;
 - Aspectos processuais penais da Lei 11.340/06.
- SÚMULAS DO STF E STJ